

Sindsep-MT lança página na internet

O site é mais uma ferramenta que irá oferecer aos associados e visitantes em geral informações úteis sobre o sindicato e suas atividades

Em menos de 15 dias depois de lançada, a página virtual do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) já recebeu mais de 600 visitas e tem sido o elo entre a entidade e movimentos sociais de todo o Brasil. No sábado (16 de fevereiro), mais de noventa pessoas estiveram presentes na terceira reunião da diretoria e no lançamento do site. Para acessá-lo, o endereço é www.sindsepmt.org.

Diretoria, filiados, convidados e visitantes participaram de debates e reuniões durante todo o dia. O evento começou às 8h com um café da manhã, seguido pelo lançamento de mais um método de comunicação entre filiados e sindicato.

A ocasião contou com a participação do deputado federal Valte-



Acesse www.sindsepmt.org

nir Pereira (PSB), dos vereadores Lúdio Cabral e Enelinda Scala

(ambos do PT), dos assessores parlamentares Antônio Humberto, re-

presentando o deputado estadual Alexandre César, e Zelandes Santia-

go, representando a senadora Serys Marly, do diretor regional dos

Correios, Nilton dos Nascimento e da presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM), Janete Carvalho. De acordo com o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, a página é mais uma ferramenta que irá oferecer aos associados e visitantes em geral informações úteis sobre o sindicato e suas atividades.

Em seguida, o encontro serviu para que servidores participassem de um debate com o secretário de imprensa da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Rogério Santos Expedito que durou até a hora do almoço. Na parte da tarde, a diretoria se reuniu com o departamento jurídico e com as demais secretarias para pontuar pautas pertinentes dos sindicalizados.

Sindicato volta a atuar em encontros nacionais

A ida de diretores do Sindsep-MT, Marinézio Soares de Magalhães e Maurício Ratacasso Júnior, na Plenária da Condsef dos servidores públicos federais, em Brasília, que aconteceu nos dias 23 e 24 de fevereiro serviu para marcar o retorno da entidade as discussões nacionais. A avaliação foi feita pela dupla depois de ouvir comentários dos participantes de

outros estados sobre a nova gestão e que a atuação tem ressuscitado o nome do Sindsep-MT em meio as entidades sindicais de todo o Brasil.

A Plenária serviu para aprovar um calendário de mobilização visando unificar a luta de todos os servidores. Com isso, foram vários saldos positivos para fundamentar o pleito do sindicato perante seus fili-

ados e o avanço do Sindsep-MT nos encontros nacionais após cinco anos de afastamento.

Além disso, também para unificar as bandeiras de luta com os sindicatos de todo o país, o Sindsep-MT está conversando com os agentes de endemias da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e com entidades de outros estados para discutir sobre as possíveis intoxicações por

inseticidas ocorridas ao longo dos anos de trabalho.

O objetivo é identificar os prejuízos causados à saúde desses trabalhadores e cobrar judicialmente da União o tratamento adequado que deverá ser mantido pela Funasa.

Nas reuniões, o Sindsep-MT ouviu dos servidores federais que teriam sido intoxicados após vários anos de manuseio de inseticidas como Malathion, Ce-

permetrina, DDT, Deltametrin e outros, usados diretamente no combate aos vetores transmissores da malária, dengue, febre amarela, leishmaniose e outros.

O sindicato também informou, ao departamento de Recursos Humanos da Funasa, sobre a falta de critérios no pagamento dos servidores, no que diz respeito à indenização de campo e insalubridade.

Segundo o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, ao menos dez servidores de Cuiabá deveriam receber insalubridade, porque exercem funções de risco como outros funcionários, mas tiveram um diagnóstico diferenciado no laudo técnico. Além do encontro com servidores da Funasa, aconteceram reuniões em demais órgãos como DRT, Casai de Cuiabá, Inkra e outros.

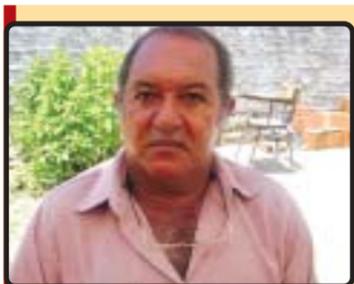


Mais uma reunião do Sindsep-MT e mais filiados que estavam afastados voltaram a participar dos encontros. O jornal *O Compromisso* ouviu a expectativa de alguns participantes para os próximos passos da entidade



Bendito Candelário da Silva, 9º BEC

Estou achando ótima a realização desse evento. É sinal que o sindicato está se organizando para garantir nossos direitos. Agora, o sindicato tem acesso dentro do quartel e isso é um grande ganho. Foi liberado um espaço para que sejam feitas as reuniões



Eronildes Francisco Vieira, 9º BEC

A participação no sindicato é importante para reivindicar os pleitos junto ao governo. Essa reunião serviu para dar mais clareza. Os servidores do 9º BEC são carentes de informações. Esse jornal e a página na internet são importantes para atingir a categoria.



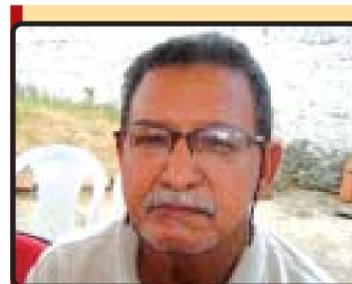
Leonino Ferreira da Silva, Funasa

A realização de mais uma reunião foi importante para esclarecer quais são os nossos direitos. É um trabalho diferente da atual gestão, pois anteriormente não havia essa oportunidade. Consegui aprender e não tenho mais dúvidas.



Edivan Campos Silva, Funasa (1º Sec. Demitidos e Anistiados)

Houve uma melhora significativa da estrutura do sindicato. As pessoas estão voltando a se filiar. Agora, após o retorno dos anistiados da Conab, a categoria deve requerer, através do Sindsep-MT, os direitos sobre os anos afastados. Os sindicatos não podem ser omissos em relação a isso.



Ricardo Lopes Gusmão, Funai

Acho importante essa reunião. Minha presença é devido ao constatar contato com a Secretaria dos Aposentados. Acredito na luta pela paridade entre ativos e inativos e espero que a luta para melhorar os planos de saúde tenha êxito.

Ministério da Fazenda

Servidores do Ministério da Fazenda lutam pela implantação da carreira e por novo plano de saúde

As grandes lutas dos fazendários no ano de 2007 foram pela implantação da carreira fazendária para administrativos do ministério e assinatura de convênio com a Geap – plano de saúde. No entanto, a demora nas negociações fez com que o secretário-geral da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), Josemilton Costa, fosse até a sub-secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/MF) para questionar a lentidão do Ministério do Planejamento em retomar as discus-

sões e fechar acordo com a categoria.

Representantes da Fazenda informaram que o plano está garantido, mas os servidores vão continuar cobrando tanto da Fazenda como do Planejamento, o envio da proposta ao Congresso Nacional. A Condsef, o SINDSEP e todas as entidades representativas dos servidores do Ministério da Fazenda seguem lutando por alterações antes que o projeto seja fechado, entre elas a manutenção do vencimento básico estipulado pelo GT, a abertura de concursos, paridade entre ativos e aposentados e a redução do parcelamento

da recomposição salarial estão entre as principais demandas.

Outra reivindicação é a necessidade de mudança da nomenclatura dos atuais cargos para Analista Fazendário (NS) e Técnico Fazendário (NI). A ausência de progressão funcional para aqueles servidores que hoje se encontram na última classe padrão também está sendo discutida.

O Grupo de Trabalho comprometido com a luta dos fazendários concluiu a proposta de Plano de Carreira em conjunto com os representantes do Ministério da Fazenda. Após a análise da secretaria executivo

do Ministério da Fazenda, a proposta foi encaminhada ao MPOG.

No ano passado a Secretaria de Recursos Humanos/MPOG se reuniu com os Dirigentes do Ministério da Fazenda, onde ocorreram as mudanças da proposta. Os representantes dos fazendários em reunião na Secretaria de Recursos Humanos/MPOG tomaram conhecimento das mudanças e imediatamente foram contra as alterações principalmente no tocante ao vencimento básico e no prazo do impacto da tabela remuneratória.

No mesmo dia a Condsef encaminhou ofício ao Secretário de Recursos Humanos reafirmando a posição expressa na reunião: A manutenção do vencimento básico construída no GT e impacto da tabela para março de 2008.

Após votação que acabou com a CPMF o Secretário de Recursos Humanos Dr. Duvalnier e sua equipe informaram que estão aguardando o novo orçamento para retomarem as negociações. A Condsef e o Sindsep-MT continuam pressionando a Secretaria de Recursos Humanos no sentido de mudar o vencimento básico.

Ministério do Trabalho/DRT

Servidores do MTE/DRT reivindicam carreira específica

No ano passado, foi protocolado junto ao Ministério do Trabalho, a pauta de reivindicações da categoria que solicitou audiência com o então ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Durante a Campanha Eleitoral de 2006, Luiz Marinho acompanhava o Presidente Lula e sempre era questionado por servidores do Ministério do Trabalho sobre quando iria recebê-los para tratar de questões como Plano de Carreira, Reestruc-

turação das DRTs, Fim da Terceirização e Abertura de Concurso Público. A alegação do ministro era a de que tão logo terminasse a campanha eleitoral, este se comprometeria a resolver a situação dos servidores do Ministério do Trabalho.

A eleição acabou em outubro do ano passado e os servidores e suas entidades ficaram aguardando uma audiência com o ministro Luiz Marinho que acabou não acontecendo.

Tão logo tomou posse, o ministro do trabalho Carlos Luppi recebeu as entidades sindicais. Após exposição sobre os problemas dos servidores administrativos do seu Ministério, o ministro Carlos Luppi assumiu a bandeira pela instituição do Plano de Carreira específico, a abertura de concurso público e ainda abriu espaço para participação no processo de reestruturação. As entidades indicaram os seus representantes e estes se reuniram

num Encontro Nacional. Na oportunidade, eles aprovaram a criação de uma Carreira Específica para os funcionários do Ministério do Trabalho e a desvinculação da Carreira da Seguridade.

Apesar da disposição do ministro do trabalho em negociar com os servidores, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão interveio e atrelou a retomada das negociações à reabertura da Mesa Interministerial de Negociação. Os servido-

res reivindicam uma tabela remuneratória nos mesmos moldes daquela apresentada aos servidores do Ministério da Cultura.

As categorias que compõem a Carreira da Seguridade Social – que contempla os servidores dos Ministérios da Previdência, Trabalho e Saúde, incluindo Funasa e Datasus - não receberam bem a proposta apresentada pelo governo que inverteu a lógica de valorizar o Vencimento Básico

(VB) incorporando gratificações já existentes e criando uma nova gratificação de desempenho. Diante disso, no último dia 18/12, a Condsef reuniu-se com a Fenasp e CNTSS para definir uma contraproposta que já foi apresentada ao governo. A Proposta elaborada com ajuda da subseção do Dieese, na Condsef, seguindo diretrizes aprovadas durante o IX CONCONDSEF, no Encontro Setorial da Saúde, Trabalho e Previdência.

Confira como ficarão as tabelas salariais, caso a contraproposta da Condsef seja aceita pelo governo:

NÍVEL SUPERIOR - 2008

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	3.383,00	1.241,00	4.624,00	372,30	3.755,30
INICIAL	1.990,22	1.054,00	3.054,22	319,20	2.309,42

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - 2008

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	1.923,11	675,00	2.598,11	202,50	2.125,61
INICIAL	1.568,42	577,00	2.145,42	173,10	1.741,52

NÍVEL AUXILIAR - 2008

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS + GRAT. FIXA	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	640,00	192,00 + 955,00	1.787,00	57,60	1.652,60
INICIAL	591,71	181,00 + 882,95	1.655,66	54,30	1.528,96

NÍVEL SUPERIOR - 2009

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	3.383,00	1.577,00	4.960,00	473,10	3.856,10
INICIAL	1.990,22	1.267,00	3.257,22	380,10	2.370,32

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - 2009

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	1.923,11	982,00	2.905,11	294,60	2.217,71
INICIAL	1.568,42	706,00	2.274,42	211,80	1.780,22

NÍVEL AUXILIAR - 2009

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS + GRAT. FIXA	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	640,00	192,00 + 1.009,00	1.841,00	57,60	1.706,60
INICIAL	591,71	181,00 + 932,88	1.705,59	54,30	1.578,89

NÍVEL SUPERIOR - 2010

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	3.383,00	2.267,00	5.650,00	600,10	4.063,10
INICIAL	1.990,22	1.544,00	3.534,22	463,20	2.453,42

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - 2010

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	1.923,11	983,00	2.906,11	294,90	2.218,01
INICIAL	1.568,42	731,00	2.299,42	219,30	1.787,72

NÍVEL AUXILIAR - 2010

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS + GRAT. FIXA	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	640,00	192,00 + 1.065,00	1.897,00	57,60	1.762,60
INICIAL	591,71	192,00 + 984,65	1.757,36	54,30	1.630,66

No dia 31 de janeiro houve reunião da mesa nacional de negociação onde o governo informou que tão logo tenha o novo orçamento aprovado retomara as negociações com o setor, no mês passado saiu um decreto com a mudança da

nomenclatura das DRT para superintendências e das subdelegacias para Gerencias. Com isso, será constituído um grupo para debater sobre a nova estrutura e preparar uma proposta dos trabalhadores para ser apresentada ao MTE.

Ministério da Agricultura

Condsef apresenta proposta de gratificação como antecipação de Plano de Carreira

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) apresentou ao Ministério da Agricultura, uma proposta para os servidores

administrativos pertencentes ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE). O objetivo é negociar a criação de uma gratificação específica

para o setor, como antecipação de um plano de carreira.

Conheça, em resumo, os valores apresentados para compor a proposta

para os administrativos da Agricultura. O salário seria composto por um Vencimento Básico e uma gratificação específica (GDATAA).

VENCIMENTO BÁSICO	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL INTERMEDIÁRIO	NÍVEL AUXILIAR
FINAL	4.812,73	3.193,90	2.482,49
INICIAL	3.010,50	1.997,87	1.562,87

Valores da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Agropecuária (GDATAA)

GDATAA	Superior	Intermediário	Auxiliar
FINAL	1.993,00	1.650,00	625,00
INICIAL	1.822,00	1.425,00	582,00

A Confederação aguarda uma resposta do governo sobre a proposta protocolada no Ministério.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT

Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: Thais Raeli - DRT 26 645/RJ

Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: jornalista@gmail.com

Diagramação/Edição de Arte: Mario Pulcherio Filho - 9214-8099

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA (PRESIDENTE), ROOSEVEL MOTTA (VICE - PRESIDENTE), DAMASIO DE SOUZA PEREIRA (1º SECRETÁRIO), LUIZ MAURO EVANGELISTA (2º SECRETÁRIO), EDSON LUIZ DOS SANTOS (1º TESOUREIRO), IDIO NEMÉSIO DE BARROS NETO (2º TESOUREIRO), ADEBAL CASTRO QUEIROZ (1º SEC. ADM), ADELINO FERREIRA CAMPOS (2º SEC. ADM), MAURÍCIO ALVES RATTACASO JÚNIOR (1º SEC. FORM. SIND), IRACY OLIVEIRA FERREIRA (2º SEC. FORM. SIND), JAMIL OURIVES JÚNIOR (1º SEC. JURÍDICO), AMÉLIA ALVES SANTANA (2º SEC. JURÍDICO), IDEVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA (1º SEC. INTERIOR), ADELIO DA SILVA JÚNIOR (2º SEC. INTERIOR), MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES (1º SEC. IMPRENSA), ELIETE DOMINGOS DA COSTA (2º SEC. IMPRENSA), IZABEL SANTANA DA SILVA (1º SEC. APÓS. E PENS), ENILDO GOMES (2º SEC. APÓS. E PENS.), EDIVAN DA SILVA CAMPOS (1º SEC. ANIST. E DEMIT.), MANOEL ARNALDO DAS CHAGAS (2º SEC. ANIST. E DEMIT.), ROSINA DE ALMEIDA PAIVA (1º SEC. CULTURA), PATRÍCIO FERREIRA ORTIZ (2º SEC. CULTURA); **SUPLENTE PARA DIRETORIA EXECUTIVA:** SEBASTIÃO DE JESUS (1º), SAMUEL FERNANDES DE SOUZA (2º), FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO (3º), MIRTES BENEDITA RONDON (4º), FRED CEBALHO (5º), DONATO FERREIRA DA SILVA (6º); **CONSELHO FISCAL:** VALDEMAR RODRIGUES SILVA (1º), MANOEL JOÃO DA SILVA (2º), JUAREZ JUSTINO DE BARROS (3º); **SUPLENTE:** JOÃO GALDINO (1º), ARCILIO DE BARROS FILHO (2º), JOSÉ GONZAGA DE FREITAS (3º)

Ministério da Cultura/Iphan

Vitória da Mobilização: Servidores da Cultura conquistam Plano de Cargos

Após quase dois anos e meio, chegaram ao fim as negociações entre os servidores do Ministério da Cultura e o Governo Federal sobre o Plano de Cargos do setor. No último dia 26/11, foi assinado o Termo de Compromisso que implementa a nova estrutura

remuneratória do Plano Especial de Cargos da Cultura. O plano é composto de vencimento básico e de gratificação de desempenho, extensiva aos aposentados e pensionistas.

As novas tabelas salariais seriam implantadas em três etapas, terminando em 2010.

Uma questão que continua pendente e segue fazendo parte da pauta de lutas do setor diz respeito à paridade, que foi quebrada. O Vencimento Básico (VB) terá o mesmo valor para todos os servidores, mas a gratificação de desempenho criada para a Cultura foi fixada

em 30 pontos para aposentados. Ativos podem alcançar 100 pontos. A gratificação continua com os mesmos percentuais: 80% institucional e 20% individual. Outro item que ficou garantido foi o envio à Casa Civil de uma proposta que contemple os debates entre

governo e servidores sobre a instituição de Adicionais de Titulação e Incentivo à Qualificação para os servidores do Ministério da Cultura e instituições vinculadas. Apesar de comemorar o desfecho desta etapa, a categoria deve continuar reivindicando questões

pendentes em sua pauta de negociações.

O Termo de Compromisso foi assinado no auditório do Ministério, em Brasília, na presença de representantes do governo e das entidades sindicais que representam os servidores.

Confira como ficarão as tabelas salariais com a implantação do Plano:

NÍVEL SUPERIOR - 2008

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	3.383,00	1.241,00	4.624,00	372,30	3.755,30
INICIAL	1.990,22	1.064,00	3.054,22	319,20	2.309,42

NÍVEL SUPERIOR - 2009

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	3.383,00	1.577,00	4.960,00	473,10	3.856,10
INICIAL	1.990,22	1.267,00	3.257,22	360,10	2.370,32

NÍVEL SUPERIOR - 2010

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	3.383,00	2.267,00	5.650,00	680,10	4.063,10
INICIAL	1.990,22	1.544,00	3.534,22	463,20	2.453,42

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - 2008

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	1.923,11	675,00	2.598,11	202,50	2.125,61
INICIAL	1.568,42	577,00	2.145,42	173,10	1.741,52

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - 2009

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	1.923,11	982,00	2.905,11	294,60	2.217,71
INICIAL	1.568,42	706,00	2.274,42	211,80	1.780,22

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - 2010

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	1.923,11	983,00	2.906,11	294,90	2.218,01
INICIAL	1.568,42	731,00	2.299,42	219,30	1.787,72

NÍVEL AUXILIAR - 2008

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS + GRAT. FIXA	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	640,00	192,00 + 955,00	1.787,00	57,60	1.652,60
INICIAL	591,71	181,00 + 882,95	1.655,66	54,30	1.528,96

NÍVEL AUXILIAR - 2009

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS + GRAT. FIXA	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	640,00	192,00 + 1.059,00	1.841,00	57,60	1.706,60
INICIAL	591,71	181,00 + 932,88	1.705,59	54,30	1.578,89

NÍVEL AUXILIAR - 2010

	VENC. BÁSICO	GRAT. 100 PONTOS + GRAT. FIXA	ATIVO	GRAT. 30 PONTOS	APOSENTADO
FINAL	640,00	192,00 + 1.055,00	1.897,00	57,60	1.762,60
INICIAL	591,71	192,00 + 984,85	1.757,56	54,30	1.630,86

Órgãos Militares

Servidores civis dos órgãos militares lutam pela inclusão na Carreira de Tecnologia Militar e pelo Plano de Saúde

As grandes lutas dos servidores civis dos órgãos militares em 2007 foram pela inclusão dos administrativos na Carreira de Tecnologia Militar (CTM) e pelo Plano de Saúde. Nos dias 03 e 4/10, houve uma reunião ampliada do DOMC, com a presença de vários es-

tados. Na pauta estavam a inclusão na carreira da Tecnologia Militar e o Plano de Saúde.

No dia 05/10, foi protocolado no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, na Presidência da República um abaixo-assinado com cerca de 20 mil assinaturas de servidores

das Forças Armadas pedindo a inclusão na Carreira de Tecnologia Militar (CTM) dos servidores que ficaram de fora da Carreira. O mesmo documento foi protocolado no gabinete do deputado Carlos Santana, no Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orça-

mento e Gestão (MPOG), Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Quanto ao Plano de Saúde, foram enviados ofícios solicitando extensão do prazo para adesão ao Plano de Saúde e que os servidores e seus dependentes tivessem a oportu-

nidade de conhecerem outras prestadoras de Plano de Saúde, antes de escolherem uma proposta que atenda aos servidores. A informação é de que o PASS – Plano de Assistência a Saúde Suplementar - que será implantado pelo Comando do Exército, não atin-

giu 50% de adesão, portanto, terá que ser revisto. No dia 21 de fevereiro houve reunião no planejamento onde o governo comunicou que estará retomando as negociações buscando a aproximação das tabelas provavelmente em meados de março.

Incrá

Movimento paredista do Incra marca 2007

Os servidores do INCRA/MG iniciaram o seu movimento paredista no dia 25/05/2007 e o suspenderam por força de Termo de Compromisso com o Governo no dia 03/08/2007. Portanto, foram 69 dias de luta contra a indiferença por parte do Governo LULA e depois a intransigência do Ministério do Planejamento através da postura do Ministro Paulo Bernardo e do Secretário de Recursos Humanos do MPOG.

Desde o primeiro momento das negociações com o Governo através do SRH/MPOG foi priorizado o aspecto das tabelas remunerativas (melhoria do vencimento básico), esquecendo-se o Governo por completo do restante das reivindicações dos servidores:

1. Recomposição de força de trabalho do INCRA;
2. Paridade ativos e aposentados;
3. Novos concursos públicos para o INCRA
4. Eliminação das distorções salariais entre servidores de Nível Superior e Nível Intermediário;

5. Incorporação das gratificações produtivistas ao vencimento básico;

6. Eliminação da curva forçada na avaliação dos servidores (GDARA);

7. Diminuição do impacto das gratificações na remuneração total dos servidores (atualmente na ordem de 84 % da remuneração total);

8. Equiparação de nível remuneratório com outras Instituições assemelhadas (IBAMA, DNPM, AGRICULTURA).

Agora praticamente ao final das negociações, o Governo "LULA" simplesmente desconsiderou os sofríveis acordos iniciais pactuados no "Termo de compromisso de agosto/2007" e nem o vencimento básico que inicialmente representaria a parcela majoritária de nossa remuneração, passou simplesmente a representar uma parcela significativa (não mais majoritária) da nossa remuneração. Haverá nova reunião no dia 22 de fevereiro onde a expectativa é da assinatura de um termo de acordo com o governo.

Thaís Raeli

Da Reportagem

A defesa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) pela valorização do servidor concursado vem sendo mostrada na gestão do atual superintendente do Incra em Mato Grosso, João Bosco de Moraes, que prefere ter em sua equipe funcionários com experiência, ao invés de trocar postos de trabalho por alianças políticas. O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, enaltece essa prática e diz que é uma forma de projetar a carreira daqueles que estão enraizados no órgão e têm uma longa trajetória de dedicação.

Seis meses à frente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Mato Grosso, Moraes já prevê uma nova reformulação em sua equipe de trabalho, mas segue mantendo a ideologia de prestigiar os funcionários de carreira. Desde que assumiu, ele dribla pressões políticas de diversos partidos que querem indicar seus afilhados para os "cargos de confiança". Bosco quer desatrelar o Incra da

Nova gestão do Incra valoriza servidor de carreira

Funcionários concursados ocupam cargos de confiança

possibilidade de ser usado como plataforma eleitoreira, o que induziria as ações aos interesses particulares.

Dos 20 funcionários de carreiras que estão no posto pela indicação de Bosco, ao menos quatro serão substituídos. A justificativa é sustentada no fato de que os primeiros meses serviram para uma prévia avaliação do perfil de cada profissional. Segundo Moraes, outro ponto favorável de sua política é uma economia na folha de pagamento, pois os servidores concursados, além de mais qualificados pelo tempo de experiência, recebem 60% do que seria pago aos cargos de DAS. Ou seja, esse valor é acrescido ao provento que recebiam anteriormente como forma de gratificação.

Essa forma de valorização da mão-de-obra interna é comparada por Bosco com o início de sua trajetória, há 32 anos. Ele começou a trabalhar no Incra em 1976, na função de office-boy, como prestador de serviço. Em 1981, passou a incorporar a Pasta como concursado e foi galgando cada degrau até atingir seu cargo atual.

Contudo, a solução de Bosco torna-se paliativa ten-



João Bosco, superintendente do Incra de Mato Grosso

do em vista que a discussão atinge a esfera nacional. Os servidores do Incra de todo o Brasil reivindicam atualização do plano de carreira, criado em 2004, a realização de concurso público e a isonomia salarial com outras categorias do serviço público, discussão essa que está engessada desde que houve a suspensão da CPMF.

A polêmica sobre o "imposto do cheque" também deixa Bosco sem maiores previsões para o andamen-

to dos trabalhos este ano. Todavia, ele disse que em 2007 o Incra firmou convênio com mais de 30 prefeituras repassando pouco mais de R\$ 30 milhões para abertura de novas estradas e recuperações de outras, bem como construção de escolas em assentamentos mato-grossenses. Além de R\$ 104 milhões de fomento habitacional e R\$ 5 mil por família para recuperação e melhorias das casas em que moram nos assentados.

Ibama

Servidores do Ibama lutam bravamente contra o desmonte do órgão

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de desmontar o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) em diferentes setores com intuito de agilizar a liberação de obras previstas no PAC (Programa de Aceleração

do Crescimento) revoltou os servidores.

Reunidos em assembleia, em Brasília, a categoria decidiu paralisar as atividades em todo o país contra o desmonte do órgão. Caravanas de servidores do Ibama de todos os estados se dirigiram à Brasília, onde acamparam em frente à

sede do órgão, numa tentativa de sensibilizar o governo.

Mas desde o início da greve do Ibama o governo tentava enfraquecer o movimento: Multas, propaganda de desmoralização na mídia e, até corte de ponto, o que é inconstitucional, uma vez que o servidor não poderia

ser punido por exercer um direito que está garantido na própria Constituição.

Apesar de todas as retaliações, os servidores do Ibama não se curvaram à repressão. Lutaram bravamente. Mas em 12 de junho de 2007, a Câmara dos Deputados aprovou o desmembramento do Insti-

tuto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Posteriormente, o projeto foi aprovado pelo Senado.

Ao promover o desmonte de um órgão tão importante quanto o Ibama – principal-

mente em um momento onde a questão ambiental torna-se o foco das atenções de todo o mundo – o governo federal demonstrou sua falta de compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e trouxe de volta o fantasma do desmonte do serviço público promovido por FHC.

Funai

Servidores analisam proposta para Plano de Cargos Indigenista (PCCI) apresentada pelo governo

Uma nova proposta do Plano de Cargos Indigenista (PCCI) foi apresentada pelos servidores, no último dia 27/11, durante reunião entre o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Márcio Meira, o secre-

tário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Ferreira e a Condsef.

Segundo os representantes do governo, a proposta sofreu um incremento de R\$20 milhões em relação

à anterior e as novas tabelas não separam mais as atividades do órgão em áreas fim e meio.

No caso do PCCI, a exemplo de outros setores, a proposta será implantada em três etapas, terminando em 2010.

A tabela salarial será composta por Vencimento Básico (VB) e uma gratificação de desempenho que segue os moldes das demais: 80% institucional e 20% individual para ativos. A paridade, que o governo não aceita discutir, vai

continuar sendo quebrada e os aposentados devem receber o valor fixado em 30 pontos. Em reunião no dia 24 de fevereiro o governo se comprometeu a retomar as negociações logo após a aprovação da nova peça or-

çamentária, pois com a rejeição da MP que prorrogava a CPMF o Governo "LULA" alega que agora não mais será possível assinar "Termos de Acordo" até que sejam avaliados os impactos da perda de arrecadação.

Confira, a seguir, a proposta de tabelas salariais com a implantação do PCCI:

NÍVEL SUPERIOR - 2008

	VENC. BÁSICO	GRATIFIC. PONTOS	80 ATIVO	GRAT. PONTOS	30 APOSENTADO
FINAL	2.870,00	1.058,00	3.938,00	400,50	3.270,50
INICIAL	1.825,39	792,00	2.618,19	297,30	2.122,69

NÍVEL SUPERIOR - 2009

	VENC. BÁSICO	GRATIFIC. PONTOS	80 ATIVO	GRAT. PONTOS	30 APOSENTADO
FINAL	2.870,00	1.958,40	4.236,40	512,40	3.382,40
INICIAL	1.825,39	992,80	2.818,19	372,30	2.197,69

NÍVEL SUPERIOR - 2010

	VENC. BÁSICO	GRATIFIC. PONTOS	80 ATIVO	GRAT. PONTOS	30 APOSENTADO
FINAL	2.870,00	1.958,40	4.828,40	734,40	3.604,40
INICIAL	1.825,39	1.387,20	3.212,59	520,20	2.343,59

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - 2008

	VENC. BÁSICO	GRATIFIC. PONTOS	80 ATIVO	GRAT. PONTOS	30 APOSENTADO
FINAL	1.790,00	544,00	2.334,00	204,00	1.994,00
INICIAL	1.628,17	352,80	1.980,97	132,30	1.760,47

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - 2009

	VENC. BÁSICO	GRATIFIC. PONTOS	80 ATIVO	GRAT. PONTOS	30 APOSENTADO
FINAL	1.790,00	887,20	2.477,20	257,70	2.047,70
INICIAL	1.628,17	444,00	2.072,17	166,50	1.794,67

NÍVEL INTERMEDIÁRIO - 2010

	VENC. BÁSICO	GRATIFIC. PONTOS	80 ATIVO	GRAT. PONTOS	30 APOSENTADO
FINAL	1.790,00	830,40	2.620,40	311,40	2.101,40
INICIAL	1.628,17	496,80	2.124,97	186,30	1.814,47

NÍVEL AUXILIAR - 2008

	VENC. BÁSICO	GRATIFIC. PONTOS	80 ATIVO	GRAT. PONTOS	30 APOSENTADO
FINAL	985,00	568,00+102,00	1.655,00	213,00+102,00	1.300,00
INICIAL	971,35	496,11+95,52	1.565,98	186,04+86,52	1.255,91

NÍVEL AUXILIAR - 2009

	VENC. BÁSICO	GRATIFIC. PONTOS	80 ATIVO	GRAT. PONTOS	30 APOSENTADO
FINAL	985,00	576,00+139,00	1.700,00	216,00+139,00	1.340,00
INICIAL	971,35	503,10+134,26	1.608,71	188,66+134,26	1.294,27

NÍVEL AUXILIAR - 2010

	VENC. BÁSICO	GRATIFIC. PONTOS	80 ATIVO	GRAT. PONTOS	30 APOSENTADO
FINAL	985,00	584,00+182,00	1.751,00	219,00+182,00	1.386,00
INICIAL	971,35	510,09+175,79	1.657,23	191,28+175,79	1.338,42

Funasa: Avança negociação que cria substituto para indenização de campo

Os servidores da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) devem ficar atentos. Nos próximos dias o governo se comprometeu a finalmente apresentar a proposta que cria uma gratificação em substituição à Indenização de Campo.

A intenção é acabar com os problemas legais que ameaçam mês a mês a categoria. Acompanhada do de-

putado estadual, Mauro Rubens (PT-GO), e do Sintsef-GO, a Condsef esteve no Ministério do Planejamento, nesta quarta-feira.

Após relatar os problemas envolvendo a indenização, os representantes da categoria ouviram do responsável pelo Departamento de Relações de Trabalho, Nelson Freitas, que a pretensão do Planejamento é encaminhar

uma proposta de gratificação para guardas e agentes de endemia no mesmo pacote de Medidas Provisórias (MP) que trarão reajuste para diversas categorias do Executivo. Antes disso, a Condsef quer a minuta da proposta para apresentá-la à categoria.

"Quem deve decidir sobre a proposta são os servidores, portanto, precisamos de mais dados para ter como discutir e

embasar nossas decisões", disse Sérgio Ronaldo, diretor da Condsef e servidor lotado na Funasa. Para a Condsef, um dos grandes problemas está na afirmação do governo de que nem todos os servidores serão contemplados com a nova gratificação.

Cerca de 5 mil funcionários descentralizados, e que na visão do governo estão desviados de suas funções, fica-

riam de fora. Para eles, a Condsef quer opções e vai lutar para que todos sejam incluídos na mesma proposta.

Apesar de encarar os avanços nas negociações de forma positiva, a Condsef alerta para que a categoria siga mobilizada. Atividades agendadas para os dias 25, 26 e 27 em Brasília devem continuar sendo construídas. "Precisamos estar pre-

parados para lutar até o fim pelos acordos que o governo vem firmando conosco", avisa Sérgio Ronaldo.

A Condsef volta esta noite ao Planejamento onde serão apresentadas as propostas de tabela salarial para a Seguridade Social (Saúde, Trabalho e Previdência) e o PGPE (Plano Geral de Cargos do Poder Executivo). Fonte: Condsef

Demonstração do Resultado		33.710.088/0001-94	
SIND DOS SERV PUBLICOS FEDERAIS DE MT		Período: JANEIRO DE 2008	
Receitas Brutas		HONORÁRIOS CONTÁBEIS	4.340,00
MIN PLANEJAMENTO	170,95	PRIMEIROS SOCORROS MEDICAMENTOS	70,18
EXERCÍCIO	3.072,37	ÁGUA E ESGOTO	28
MIN EDUCACAO (MEC)	15,13	MANUTENÇÃO REDE ELETRICA	69,5
MIN AGRICULTURA	3.798,81	LANCHES E REFEIÇÕES	144
MIN FAZENDA	2.283,26	DESPESA C/ COMBUSTIVEL	720,35
MIN JUSTIÇA	30,83	DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	12
POLICIA FEDERAL	20,64	CORREIOS E POSTAGENS	399,15
MIN AERONAUTICA	32,83	CÓPIAS E REPRODUÇÕES	46,6
MPAS/SAS	173,92	HONORARIOS ADVOCATICIOS	2.500,00
MIN SAUDE	90,6	DESPESAS DE CONSUMO	129,73
D R T	381,28	CUSTAS PROCESSUAIS	250
CEFET/MT	79,98	KENTEL PLUS ALARME	180
U F M T	253,57	CONCERTOS E REFORMAS	55
FUNAI	4.157,42	CONDSEF	750
M M E	196,22	MENSALIDADE COPIADORA	300
D N P M	25,8	CÓPIAS EXCESSO	239,9
FUNASA	10.076,47	HUNO CONS E TREINAMENTO S/C	400
A N V S	29,71	VIAGENS	150
D N I T	447,2	MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	70
A G U	28,03	JORNAL O COMPROMISSO	1.420,00
IBAMA	833,84	ACORDO JUCIDIAL	6.000,00
MIN COMUNICAÇÕES	492,19	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.000,00
INCR A	6.213,28	AJUDA DE CUSTO	318
I B G E	35,44	RETORNO ANISTIADOS ALMOÇO	218,22
MIN TRANSPORTES	2.748,64	(-) Despesas Gerais e Trabalhistas	
I N S S	807,09	SALÁRIOS	2.012,78
MIN MARINHA	109,19	FGTS	155,93
D P R F	47,2	INSS	737,88
RECEITA LÍQUIDA		VALE TRANSPORTE	397
SUPERÁVIT BRUTO		ASSISTÊNCIA MÉDICA	109
(-) Despesas Financeiras		SALARIO FAMILIA	16,26
TARIFAS DE MANUTENÇÃO DE CONTA	15	AJUDA ALIMENTAÇÃO	300
CPMF	31,89	PARCELAMENTO INSS	846,35
TAR SAQUE CONTRA RECIBO	3,9	PARCELAMENTO FGTS	549,36
TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	20	ESTAGIARIA SETOR JURIDICO	500
(-) Despesas Administrativas		AJUDA CUSTO MANOEL ARNALDO	500
MATERIAIS DE LIMPEZA	119,43	AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	4.000,00
TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	542,34	ACORDO JUDICIAL MARIA MARINA	1.000,00
ENERGIA ELÉTRICA	390,32	ACORDO JUDICIAL IDINETE DOURADOS	1.000,00
			12.124,56
MARIA DE JESUS DA SILVA		CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	
CONTABILISTA		PRESIDENTE	
C.R.C. : MT-009536-O-4		R.G. : 474000 SJ/MT	
C.P.F. : 766.765.601-00		C.P.F. : 349.054.641-53	